OEA/Ser.W

 CIDI/INF. 502/22

 20 maio 2022

 Original: espanhol

**NOTA CONCEITUAL**

Reunião ordinária do

Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI)

31 MAIO 2022

(Elaborada pela Presidência do CIDI com o apoio do Departamento de Inclusão Social
da Secretaria de Acesso a Direitos e Equidade)

TEMA: **ABORDAGEM MULTILATERAL DA MIGRAÇÃO NO HEMISFÉRIO**

1. **Antecedentes e Justificativa**

A migração internacional é uma das mais proeminentes e complexas manifestações contemporâneas da globalização e é uma questão transfronteiriça que nenhum Estado pode abordar individualmente. No entanto, ainda persistem desafios para o desenvolvimento de uma estrutura coerente e multilateral formal para sua gestão em nível regional nas Américas.

Até o final de 2020, a Organização das Nações Unidas registrou cerca de 281 milhões de migrantes no mundo, dos quais 26%, ou 73,5 milhões de pessoas, viviam nas Américas, representando 7% da população total da região. Oito em cada 10 migrantes nas Américas estão na América do Norte, enquanto na América do Sul residem quase 11 milhões de migrantes, muitos deles provenientes de outros países da região sul-americana, em sua grande maioria da Venezuela. De acordo com estimativas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), um em cada quatro trabalhadores migrantes está nas Américas. Além disso, dentre as muitas contribuições que as pessoas migrantes fazem para o desenvolvimento de seus países de origem estão as remessas, que, segundo estimativas do Banco Mundial, atingiram em 2021 um novo pico de US$ 126 bilhões na América Latina e no Caribe.

Em nível mundial e regional, existem mecanismos e processos que abordam a migração e o deslocamento forçado, mas estão fragmentados em uma série de instituições que atribuem diferentes graus de importância aos tipos de acordos, aos atores envolvidos e aos níveis de governança. Em outras palavras, a governança migratória tem permanecido em grande medida no âmbito dos Estados soberanos, sem um marco institucional multilateral formal em nível regional nas Américas[[1]](#footnote-1)/.

O panorama institucional da governança migratória é cada vez mais complexo e mutável em nível global e regional. A isso se somam os recentes impactos da pandemia de covid-19, que trouxeram inúmero desafios aos Governos da região em termos de desenvolvimento de políticas migratórias que abordem a migração como um fenômeno humano normal e não com enfoques de contenção ou dissuasão da migração.

Nesse contexto, é crucial integrar a migração ao planejamento de políticas de desenvolvimento dentro de uma estrutura baseada nos direitos humanos. O desafio é, portanto, vincular migração e desenvolvimento a partir de uma perspectiva não linear, examinando como a migração impacta o desenvolvimento e como as políticas de desenvolvimento afetam a migração.

A região vive uma conjuntura especial às vésperas da realização da Cúpula das Américas em Los Angeles, Estados Unidos, em junho de 2022. Esta Cúpula pode ser um espaço ideal para iniciar o diálogo sobre uma abordagem hemisférica destinada a continuar solidificando o princípio de responsabilidade compartilhada segundo o qual nenhum país deve arcar sozinho com os custos de receber e integrar as pessoas migrantes e refugiadas[[2]](#footnote-2)/.

1. **Propósito da reunião**

 Essa reunião do CIDI oferecerá aos Estados membros a oportunidade de discutir prioridades factíveis para avançar na colaboração regional com uma governança migratória hemisférica integral e sustentável como estratégia fundamental para abordar as necessidades de desenvolvimento humano dos países de origem, trânsito, destino e retorno de pessoas migrantes nas Américas, inclusive as decorrentes da pandemia de covid-19.

 A reunião examinará iniciativas que possam contribuir para o fortalecimento de uma governança migratória centrada na gestão da migração de maneira ordenada, humana, segura e regular e em consonância com as obrigações internacionais que os Estados membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) assumiram na matéria, e com o princípio da responsabilidade compartilhada. A reunião também procura abordar ações específicas que estão sendo desenvolvidas pelos Estados membros para melhorar e fortalecer a gestão da migração em nível regional, bem como para apoiar a concepção de políticas públicas que promovam uma gestão da migração humana, ordenada, segura e regular em nível regional e sejam benéficas para o desenvolvimento dos países de origem, trânsito, destino e retorno das pessoas migrantes e, em particular, das pessoas migrantes em situação de vulnerabilidade.

**3. Relevância para a Secretaria-Geral da OEA e seus mandatos**

 O tema proposto para essa reunião do CIDI coincide com os temas abordados na resolução AG/RES. 2967 (LI-O/21), “Promovendo iniciativas hemisféricas em matéria de desenvolvimento integral:Promoção da resiliência”, adotada pela Assembleia Geral em novembro de 2021, que insta os Estados membros a “[r]atificar a importância de uma migração segura, ordenada e regular e a criação de políticas públicas com base em evidência, para atender às causas e consequências estruturais da migração e reduzir os riscos associados à migração irregular”. Ao mesmo tempo, insta os Estados membros a que, em consonância com as obrigações pertinentes em virtude do direito internacional dos direitos humanos, fortaleçam as suas políticas públicas contra a discriminação, o racismo e a xenofobia.

 A referida resolução também reconhece os desafios da mobilidade humana causados pelos efeitos dos desastres de origem natural, da degradação ambiental e da perda de biodiversidade provocados pela mudança do clima, e faz um apelo a abordar as causas estruturais que aumentam o risco de desastres, com o consequente deslocamento de pessoas, pondo o foco em ações de mitigação e prevenção.

1. **Estrutura da reunião**

Diversos expositores foram convocados para abordar os principais desafios e oportunidades envolvidos na gestão da migração e no desenvolvimento de uma governança migratória em nível hemisférico nas Américas, assim como para trocar ideias sobre a formulação e implementação de respostas mais inclusivas e acessíveis a partir de um enfoque de direitos humanos e de equidade de gênero, idade e diversidade. Os Estados membros terão a oportunidade de participar de um diálogo interativo orientado pela Presidente do CIDI.

**PRIMEIRA PARTE:** Intervenções das altas autoridades em matéria de migração com um máximo de sete minutos por apresentação:

* Senhor Jerome Xavier Walcott, Ministro das Relações Exteriores de Barbados
* Senhora Antonia Urrejola Noguera, Ministra das Relações Exteriores do Chile
* Senhora Erika Mouynes, Ministra das Relações Exteriores do Panamá
* Senhor Eduardo Enrique Reina, Ministro das Relações Exteriores de Honduras

Perguntas orientadoras para as intervenções das altas autoridades:

1. Quais são os principais desafios enfrentados por seu país na gestão da migração?
2. Que oportunidades de colaboração ou apoio técnico seu país poderia oferecer para a gestão e governança migratória em nível hemisférico?
3. Como podem ser aproveitados os espaços de diálogo e cooperação técnica existentes (como CRM, CSM, MIRPS, Processo de Quito e outros) para construir um mecanismo multilateral hemisférico que otimize os esforços em curso?

**SEGUNDA PARTE:** Painel técnico durante o qual os participantes terão cinco minutos para responder as perguntas de enfoque. Após a sessão de perguntas e respostas, as delegações serão convidadas a compartilhar boas práticas, necessidades, desafios latentes e oportunidades e/ou demandas específicas de colaboração hemisférica sobre a matéria.

**MODERADORA:** Embaixadora María del Carmen Roquebert, Representante Permanente do Panamá junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), Presidente do CIDI

**Painelistas convidados:**

* Ricardo Martins Rizzo, chefe da Divisão de Nações III do Ministério das Relações Exteriores e do Conselho da Comissão Nacional Brasileira para a UNESCO – Ponto Focal da Presidência *Pro Tempore* do Processo de Quito
* Diego Beltrand, enviado especial do diretor-geral da Organização Internacional para Migrações (OIM) para os fluxos de refugiados e migrantes da Venezuela
* Senhor José Samaniego, diretor para as Américas do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)
* Senhor Joel Hernández García, relator sobre os Direitos das Pessoas Migrantes (CIDH)
* Senhora Betilde Muñoz-Pogossian, diretora do Departamento de Inclusão Social, Secretaria de Acesso a Direitos e Equidade (OEA)

Perguntas orientadoras para as intervenções:

1. Representantes da OEA, da CIDH e do Processo de Quito: Quais são os principais desafios e oportunidades específicos em matéria de política migratória que poderiam ser abordados a partir de um enfoque hemisférico?
2. Representantes do ACNUR e da OIM: Que medidas considera úteis para o desenvolvimento de uma governança migratória em nível regional e para uma estrutura institucional responsável por sua operacionalização?
3. Para todos os peritos e peritas: Quais poderiam ser as principais características de um esquema de governança migratória regional baseada nos enfoques de direitos humanos e de desenvolvimento e no princípio da responsabilidade compartilhada?
4. **Resultado da reunião**

Espera-se que a reunião contribua para o seguinte:

1. Fornecer informações sobre as principais tendências, desafios e oportunidades específicas para que os Estados membros da OEA fortaleçam suas políticas nacionais e regionais na gestão e governança da migração e do deslocamento forçado.
2. Identificar prioridades de ação e possibilidades de cooperação baseada no princípio da responsabilidade compartilhada para a governança migratória em nível hemisférico, a fim de promover o desenvolvimento e a inclusão social em nível regional.
3. Incentivar os Estados membros a que compartilhem boas práticas, políticas e programas com resultados positivos na abordagem da migração e do deslocamento forçado em nível nacional, sub-regional e regional, atendendo especialmente as pessoas mais vulneráveis.
4. Conscientizar os Estados membros sobre os impactos positivos de uma governança migratória regional baseada nos enfoques de direitos humanos e de desenvolvimento e no princípio da responsabilidade compartilhada.

CIDRP03527P04

1. Alexander Betts (2011), “*Global Migration Governance*”. Oxford University Press. [↑](#footnote-ref-1)
2. # Betilde Muñoz-Pogossian (2022), “*Americas Quarterly: The Summit Is a Great Chance for Better Cooperation on Migration*”. Disponível em <https://americasquarterly.org/article/the-summit-is-a-great-chance-for-better-cooperation-on-migration/>

 [↑](#footnote-ref-2)